

RELATÓRIO DA 28ª REUNIÃO DA ANPED

16 a 19 de outubro de 2005 – Caxambu – Minas Gerais

I - Identificação

GT 09 – Trabalho e Educação

Coordenadora: Marlene Ribeiro (UFRGS)

Vice-coordenador: Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)



II – Caracterização

Durante os três dias de apresentação de trabalhos, na 28ª Reunião da ANPED, compareceram às sessões do GT um total de 166 pesquisadores. Destes, 84 pesquisadores eram sócios inscritos (categoria 1), o que corresponde a 50,60%; 09 pesquisadores eram sócios não-inscritos (categoria 2), o que corresponde a 5,42%; 60 pesquisadores não eram sócios, mas estavam inscritos (categoria 3), o que corresponde a 36,15%, e 13 pesquisadores não eram sócios nem se inscreveram na 28ª Reunião (categoria 4), o que corresponde a 7,83%.¹

Destaque-se que a frequência total atingida em 2005 coincide exatamente com o número alcançado na 27ª. RA (ver Relatório da 27ª. RA /2004, elaborado por Maria Ciavatta, então Coordenadora do GT).

Tabela 1: Frequência conforme Situação na ANPEd / 28ª. RA – GT- 09 Trabalho e Educação

Situação na ANPEd	Frequência	%
1 (sócio inscrito na 28ª. RA)	84	50,60
2 (sócio não inscrito na 28ª. RA)	09	5,42
3 (não sócio inscrito na 28ª. RA)	60	36,15
4 (não sócio e não inscrito na 28ª. RA)	13	7,83
TOTAL	166	100,00

Tomando-se esses dados pode-se concluir que, mais de metade das pessoas que frequentaram o GT, ou seja, 93 pesquisadores (56,02%) eram sócios e que a maior parte dos presentes estavam inscritos na 28ª Reunião, ou seja, 144 pesquisadores (86,75%). Em relação aos indicadores obtidos na 27ª. RA constata-se que o percentual de inscritos é aproximadamente o mesmo, enquanto que há uma ligeira queda no que se refere ao índice de associados à ANPEd (de 61% em 2004 para 56% em 2005).

¹ Os dados foram retirados na Folha de Frequência do GT 09 – Trabalho e Educação, cuja cópia foi obtida através da Secretaria da ANPED.

Quanto ao número de dias em que os pesquisadores freqüentaram o GT, as listas de presença indicam a presença de 66 pesquisadores em um dia (39,76%), 37 em dois dias (22,29%) e 63 em três dias (37,95%). A permanência de 60% dos pesquisadores em pelo menos 2/3 da programação do GT é significativa, levando-se em consideração a simultaneidade com as sessões de outros GTs, demais atividades e a extensão da Reunião, com temáticas que contemplam interesses diversificados e naturalmente concorrem com a afluência de muitos pesquisadores.

Tabela 2: Freqüência quanto ao número de dias / 28ª. RA – GT-09

Quantidade de dias	Freqüência	%
1 dia	66	39,76
2 dias	37	22,29
3 dias	63	37,95
TOTAL	166	100,00

Quanto à presença dos pesquisadores nas sessões do GT no decorrer dos três dias da 28ª. RA observa-se a freqüência decrescente do primeiro ao terceiro dia, conforme a Tabela 3, a seguir. Destaque-se que o primeiro dia conta com a significativa cifra de 151 pesquisadores (cerca de 91% do total de 166 pesquisadores que freqüentaram o GT). Outra observação a fazer é sobre a freqüência no terceiro dia, ou seja, na quarta-feira, que diminuiu sensivelmente (72 pesquisadores), mesmo sabendo que algumas pessoas não assinaram a lista de presença, neste dia.

Tabela 3: Freqüência no decorrer dos dias de sessões do GT-09 / 28ª. RA

Ordem do dia	Freqüência	% (em relação à 166)
1º. dia	151	91%
2º. Dia	103	62%
3º. Dia	72	43%

No que se refere à origem ou vínculo institucional dos pesquisadores que freqüentaram o GT, de acordo com os dados indicados nas listas de presença, foi possível identificar a citação de 68 instituições. Destaque-se que diversos pesquisadores indicaram mais de uma instituição, enquanto que três assinaturas não informam este dado. As instituições indicadas foram as seguintes: UERJ, EPSJV, FIOCRUZ, UFF, UFS, UESB, UFU, UFSC, UFPR, UFBA, UFPE, UEMG, UFSCAR, UFG, UNOESC, UFC, UFJF, UFMS, USP, UFPA, UFMG, UFRGS,

UFSCAR,UNESP, UFRRJ, UNB, UFAM, UMESP, UNIOESTE, UFPEL, UFES, UFPI, UTFPR (ex CEFET-PR), CEFET-PE, CEFET-GO, CEFET-RJ, CEFET-PA, CEFET-MG, EAFS-RS, ISERJ-FAETEC, FURG, UNIJUI, UBA, UNISANTOS, UNERJ-SC, UNISINOS, UNIFAP, PUC-SP, PUC-MG, PUC-RJ, UNISO, UNINOVE, UPF, UNISC, UNIMEP, UNESA, UNICS, FCC, FESO, EX-COLA, SESC-DN-RJ, EAFUDI, FERP-USS, PET-EMUC, SENAC, SMED-RJ, BANCO DA AMAZÔNIA.

III – Organização do trabalho do GT

As sessões do GT foram organizadas de modo compartilhado, alternando-se a Coordenadora e o Vice-coordenador na coordenação geral e vários membros do GT atuando como coordenadores de mesa, durante a apresentação dos trabalhos.

Estiveram visitando a exposição dos pôsteres e conversando com os expositores a Coordenadora e o Vice-coordenador do GT, obtendo a colaboração dos professores Moacir Viegas (UNISC/RS) e Naira Franzoi (UFRGS). A realização do trabalho encomendado será comentada no IV item. A Coordenadora fez a abertura do Minicurso *Introdução ao Estudo do Capital*, oferecido pelo pesquisador Paulo Tumolo (UFSC), e o encerramento foi feito com a presença do Vice-coordenador, Professor Domingos Leite Lima Filho. A participação no Minicurso ficou em torno de 41 pessoas, o que nos parece um bom número, mesmo tendo diminuído para cerca de 30 pessoas no último dia.

A Prof^a Marlene Ribeiro coordenou a Sessão Especial: *Diretrizes Curriculares, Licenciaturas e Formação de Professores*, com a participação das pesquisadoras Helena de Freitas (UNICAMP) e Berta Valle (UERJ). A Prof^a Sonia Rummert participou como debatedora na Sessão Especial: *Possibilidades e Impasses para a Integração de Políticas Educacionais e Sociais: o Caso do Pró-Jovem*. Estas, bem como as sessões conversas, serão comentadas no próximo item.

IV – Relação entre o programado e o realizado na 28ª Reunião da ANPED

Neste item, o relato será organizado por atividades, ampliando, desse modo, a compreensão do que foi realizado, do que deixou de ser realizado e das substituições que foram efetuadas para que não houvesse perda da qualidade das discussões programadas. A apresentação dos trabalhos efetuou-se na Sala de Estar do Hotel Palace. Este item estará subdividido em dois: atividades e avaliação.

Atividades desenvolvidas e/ou com a participação do GT 09 – Trabalho e Educação

1. Trabalhos apresentados

- Segunda-feira, 17/10, das 8:30 h às 10:30 h.

Título: Trabalho e Educação: possibilidades de formação estético-cultural e escola unitária

Autores e trabalhos:

Ronaldo Rosas Reis (UFF). *Trabalho improdutivo e ideologia estética. As relações sociais de produção de arte e a formação estético-cultural no Brasil.*

Ramon de Oliveira (UFPE). *As novas singularidades do capitalismo e as possibilidades da escola unitária.*

Coordenação: Marlene Ribeiro

- Segunda-feira, 17/10, das 14:00 h às 16:00 h.

Título: Identidades profissionais para o ensino técnico e educação superior para a competência: o trabalho docente em questão.

Autores e trabalhos

Elizabeth Zardo Búrigo (UFRGS). *Professores, técnicos ou engenheiros? Identidades profissionais face à reforma do ensino técnico.*

José dos Santos Rodrigues (UFF). *Educação superior e conhecimento para a competitividade: convergências entre as propostas da CNI e do Governo Lula para a reforma universitária.*

Coordenação: Domingos Leite Lima Filho

- Segunda-feira das 16:00 h às 18:00 h

Título: O trabalho docente no padrão de acumulação flexível

Autores e trabalhos

Kenia Aparecida Miranda (UFF). *O trabalho docente na acumulação flexível.*

Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto (UFMG). *As reformas educacionais e o “choque de gestão”: a precarização do trabalhador docente.*²

Coordenação: Maria Ciavatta (UFF)

- Terça-feira, 18/10, das 8:30 h às 10:30 h.

Título: Pedagogia das competências: a ideologia neoliberal para a EPT (I)

Autores e trabalhos

² Nesta data e horário deveria ter-se apresentado a Professora Edna Maciel Fiod (UFSC), com o trabalho: *A precarização do trabalho docente*. Na ocasião da sessão, constatada a ausência da Prof^a. Edna, a Coordenação do GT verificou que entre os presentes encontrava-se apenas uma das autoras de trabalhos classificados como excedentes, no caso a Prof^a. Maria Helena, sendo a mesma chamada para a apresentação de seu trabalho.

Carlos Antônio Barbosa Firmino (CEFET/MG). *A pedagogia das competências na reforma da educação profissional no Brasil: entre a teoria e a prática escolar.*

Marcos Freisleben Zorzal. (UFSCAR). *Neoliberalismo e o princípio da competência para o trabalho e a educação nos discursos de Fernando Henrique Cardoso: da ideologia à pedagogia do imponderável.*

Coordenação: Fernando Fidalgo (UFMG).

- Terça-feira, 18/10, das 10:30 h às 12:30 h.

Título: **Pedagogia das competências: a ideologia neoliberal para a EPT (II)**

Autores e trabalhos

Rose Meri Trojan (UFPR). *Pedagogia das competências e diretrizes curriculares: a estetização das relações entre trabalho e educação.*

Ademir Valdir Santos (UNERJ/SC). *O papel da família e da escola na constituição dos sujeitos: implicações na formação dos trabalhadores.*

Coordenação: Áurea de Carvalho Costa (UNESP/RC)

- Quarta-feira, 19/10, das 8:30 h às 10:30 h.

Título: **Pedagogia da fábrica no século XXI: arremedo do século XIX?**

Autores e trabalhos

Sonia Maria Rummert (UFF). *Projeto Escola de fábrica: atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI.*

Werner Ludwig Markert (UFC). *Trabalho qualificante e educação profissional: perspectivas para a formação na escola e na fábrica.*

Coordenação: Eneida Shiroma (UFSC)

2. Trabalho encomendado

Segunda-feira – 17/10, das 10:30 h às 12:30 h.

Título: **Políticas e Reformas do Ensino Médio e Profissional: concepções e práticas**

Na semana anterior à realização do evento, a Professora Maria Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos comunicou-nos que, em razão de doença grave em pessoa da família que se encontrava hospitalizada e dependendo de seus cuidados, não poderia participar do evento e, portanto, não faria a exposição do trabalho encomendado. A Coordenação do GT, durante o decorrer da Sessão iniciada na mesma manhã de segunda-feira, tomou providências para que a atividade fosse realizada com a contribuição dos colegas do GT. Assim, sob a coordenação do Professor Celso Ferretti (FCC e UNISO), a Professora Marise Ramos (UERJ

e PSJV-FIOCRUZ) e o Professor José Rodrigues (UFF) trabalharam o tema a partir de pesquisas que vêm realizando.

Ferretti apresentou o tema problematizando o fato de tomarmos as reformas apenas pelos documentos e ações do aparelho de Estado. É necessário abordar as políticas e reformas numa perspectiva mais complexa, como um conjunto de concepções e posições que não são homogêneas. Reformas carregam elementos de contradição tanto ao serem formuladas quanto ao serem concretizadas. Nas escolas, onde as reformas se materializam, também há espaços de contradição, por isso, as análises precisam ir além da formulação das políticas para incluir as práticas nas quais são produzidos resultados diferentes, ainda que baseados numa mesma lei.

Marise Ramos relaciona o tema às questões que, tradicionalmente, são debatidas no GT Trabalho e Educação; faz um balanço do movimento contraditório da sociedade civil no Governo FHC e no Governo Lula, mostrando avanços e recuos. A reforma da reforma, ou a tentativa de reverter o Decreto 2.208/97 através do Decreto 5.154/2004, expressa a luta da sociedade civil para a superação da dualidade do ensino e retomada da perspectiva de politecnia que foi suprimida na LDB 9.394/96. A reforma do Governo anterior foi imposta porque associada à liberação de recursos do PROEP; o Decreto 5.154/2004, do Governo atual, em que pese algumas virtualidades/virtuosidades, é também uma formulação que parte do aparelho de Estado. A questão que permanece é: quais as contradições que podem ser constatadas na letra da lei e na sua aplicação nas escolas? Se, por um lado, a reforma do Governo atual pode ser considerada uma acomodação conservadora, por outro, tem a virtuosidade de possibilitar novas experiências. Ao separar o ensino médio e técnico, abre-se para políticas fragmentadas e pontuais; sua transitoriedade é justificada pela formulação de uma possível lei orgânica da Educação Profissional e Tecnológica, o que deixa evidentes os interesses contraditórios que se confrontam na formulação e aplicação da lei. Nesse sentido, uma lei orgânica, a exemplo do que foi feito no Estado Novo, é uma contradição quando se trata de um governo democraticamente eleito. Isso porque as demandas educacionais, num governo efetivamente democrático, deveriam colocar em debate a Lei “Darcy Ribeiro” (LDB 9.394/96), e não propor um retorno a leis orgânicas, que, na história da educação brasileira, foram formuladas por Gustavo Capanema, na Ditadura Vargas.

José Rodrigues começa sua exposição afirmando que, de fato, a sociedade é muito mais complexa do que sua legislação mostra, mas isso não nos exime de analisar programas, políticas, leis, etc... Uma análise das leis pode nos auxiliar a captar os conflitos sociais que impregnam os textos, daí é possível, com o uso do método da economia política, prever as

ações futuras. Se retomarmos as formulações dos anos 1980, em particular, as posições de Saviani, Frigotto, Kuenzer e Machado, entre outros, iremos identificar uma forte correlação entre trabalho e educação, tendo como referência a luta contra a Ditadura militar. Nossas posições e perplexidades, no atual Governo Lula, podem ser identificadas nas nossas análises e produção intelectual.

Da reforma feita através do Decreto 5.154/2004, Rodrigues destaca dois pontos para a discussão:

a) Ensino médio integrado. Embora seja mais uma modalidade que não excluiu as demais, esta possibilidade está posta.

b) Com isso, coloca-se, por um lado, a possibilidade de encurtamento da distância para a superação da dualidade entre educação básica e profissional; por outro, transfere-se ao nível superior, com muita intensidade, nos cursos superiores para a formação de tecnólogos, esta dualidade.

O pesquisador aprofunda a discussão, tendo como referência o conceito de antivalor³, de Francisco de Oliveira, e apontando, como exemplo, as comissões tripartites (trabalhadores, empresários e Estado), em que os trabalhadores ficam em desvantagem porque o Estado representa a burguesia. Na mesma linha de pensamento de Oliveira, afirma que um intelectual, principalmente aquele que é vinculado a uma instituição pública, ao integrar um governo burguês deixa de exercer a sua função de intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Rodrigues finaliza sua intervenção com uma provocação ao GT. Parte da constatação de que vivemos em um Estado burguês, apropriado pelo capital e diz que, embora a arma da crítica não substitua a crítica da armas, a sua importância não pode ser subestimada. Precisamos enfrentar dois desafios. Um refere-se ao grau de autonomia que temos enquanto intelectuais e quanto ao formato do Estado, que é burguês. Deste decorre a pergunta: desenvolvemos e confirmamos este Estado ou começamos a trabalhar outras alternativas?

A apresentação dos três pesquisadores correspondeu aos objetivos e expectativas do GT, tendo suscitado intenso debate com questões colocadas por vários pesquisadores.

3. Apresentação dos pôsteres

Terça-feira, 18/10, das 17:00 h às 18:00 h.

³ O antivalor funcionaria como um processo de acumulação primitiva, ou que não decorre do capital, mas do fundo público, ou seja, do Estado, porém é deslocado para financiar a reprodução do capital (OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998). Nesse caso, intelectuais ligados a instituições públicas e deslocados para funções do Estado burguês, ao sujeitarem-se às determinações do capital, de certo modo estariam contribuindo ao processo de acumulação.

Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos (FIOCRUZ), Ana Júlia Calazans Duarte, Ana Paula Menezes de Freitas (Universidade Estácio de Sá), Liliane da Silva Sant'anna (FIOCRUZ), Michelle da Silva Amendola (FIOCRUZ), Simone Monteiro Alves (UFJF), Sérgio Ferreira de Menezes e Valdemar Ferreira da Silva (FIOCRUZ). *Hegemonia e estado social mínimo: a formação do profissional de saúde nas universidades corporativas.*

Célia Regina Fernandes de Carvalho (FIOCRUZ). *Estudo do perfil profissional da formação acadêmica do tecnólogo em estética: estudo de caso.*

Elinilze Guedes Teodoro (CEFET/PA). *Escolhas profissionais de adolescentes em carreiras técnicas no Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará.*

Eucídio Pimenta Arruda (Fundação Mineira de Educação e Cultura – FCH). *O professor frente às novas tecnologias: mudanças e permanências no trabalho docente.*

Ronaldo Marcos de Lima Araújo (UFPA). *A institucionalidade da educação no Pará.*

Marival Coan (UFSC). *Análise da categoria trabalho. Sua abordagem nos livros didáticos de filosofia e sociologia do ensino médio.*

Guacira Gonçalves Campos Silva (UFMT). *A síndrome de burnout em trabalhadores do ensino: doença profissional.*

4. Sessões Especiais

4. 1. Título: Diretrizes curriculares, licenciaturas e formação de professores

Local: Sala Palace Play – Hotel Palace

Pesquisadoras convidadas: Berta Valle (UERJ) e Helena Freitas (UNICAMP)

Coordenação: Marlene Ribeiro (UFRGS)

Esta sessão foi proposta durante o planejamento da 28ª Reunião, pelos GTs 02; 05; 08; 09; 11.

A Coordenação faz a abertura da Sessão, ressaltando a importância do debate proposto tendo em vista o andamento dos trabalhos de discussão e aprovação das novas diretrizes curriculares para as licenciaturas, incluindo a de Pedagogia.

A Professora Berta inicia sua exposição fazendo um resgate da história das políticas de formação de professores, no Brasil. Em sua análise, mostra que as diretrizes curriculares para as licenciaturas têm se caracterizado por um privilegiamento das práticas sobre as teorias que as informam. Afirma que a educação ainda desempenha papel estratégico para a reprodução do capital, por isso a formulação de diretrizes curriculares para a formação de professores é uma iniciativa do MEC que, assim, mantém o controle das possíveis mudanças. O que se pode observar, pelo andamento das propostas do MEC, é a substituição de uma concepção crítica,

que advém da sociedade civil através dos fóruns de professores, diretores e pesquisadores e estudantes, por uma concepção pragmática associada ao paradigma de acumulação flexível.

A Professora Helena de Freitas dá continuidade à fala da Professora Berta Valle, trazendo o debate para as reformas que são produzidas nos anos de 1990, principalmente a partir da LDB 9.394/96. Estas reformas têm início pela quebra das amarras do currículo mínimo, tornando-o mais flexível. Confirma colocações anteriores, apontando a disputa de interesses dentro do MEC para a definição da duração dos cursos de licenciatura, as concepções que os informam e as instituições destinadas a oferecer estes cursos. O que está em questão, segundo a Professora, é: qualificação, valorização e condições de trabalho ou desqualificação, desvalorização e precarização do trabalho docente. Nessa perspectiva toma posição ao afirmar que as diretrizes curriculares para a formação de professores não podem ser separadas das diretrizes da formação em Pedagogia. Sobre esta posição, questiona: Como é possível explicar que, quanto à formação acadêmica, nenhuma área de conhecimento – exceto a Pedagogia e as demais licenciaturas – tenha suas diretrizes curriculares elaboradas pelo MEC?

A Professora Beatriz Moreira Luce, representando o Conselho Nacional de Educação, tentou explicitar o andamento dos trabalhos, mas foi bastante contestada pela participação de inúmeros pesquisadores que se inscreveram para o debate. A sessão especial teve uma excelente participação, tanto em número de participantes quanto em inscrições para o debate.

4.2. Possibilidades e Impasses para a integração de políticas educacionais e sociais: o caso do Pró-Jovem

Participantes:

Leôncio Soares (UFMG)

Maria José Feres (Pró-Jovem)

Maria Luiza Martins Alessio (Sec. Educ. Recife/PE)

Nilton Bueno Fischer (UFRGS)

Sonia Rummert (UFF)

Coordenação: Vera Masagão Ribeiro (Ação Educativa)

Desta sessão especial vamos destacar a participação da representante do GT Trabalho e Educação, Professora Sonia Rummert.

A sessão especial, para a qual foi solicitado apoio de vários grupos de trabalho da ANPED entre os quais o GT 09 – Trabalho e Educação, tinha como propósito debater o Pró-Jovem enquanto iniciativa interministerial de desenvolver uma política educacional para jovens que

não concluíram o ensino fundamental. Visava, principalmente, debater o conceito político-pedagógico do Programa, além dos problemas vivenciados para a sua implantação.

Na sua intervenção, a Professora Sonia Rummert fez uma análise sucinta do Projeto. Afirma que o mesmo, “além de evidenciar várias fragilidades teórico-metodológicas explicita o fato de que estamos tratando de uma proposta educativa que se destina a jovens pobres para que estes, permanecendo na base da pirâmide sócio-econômica, recebam uma formação que lhes determina um futuro conformado à ordem societária que não se intenciona transformar”.

5. Sessões conversas

5.1 – Formação de trabalhadores em saúde na perspectiva da integralidade

17/10, das 20:30 h às 22:00 h – Salão Caxambu – Hotel Glória

Participantes:

Gaudêncio Frigotto (UERJ)

Roseni Pinheiro (IMS – UERJ)

Marise Ramos (FIOCRUZ – UERJ)

Coordenação: Isabel Brasil (FIOCRUZ-UERJ)

Nesta sessão de conversa os pesquisadores abordaram a experiência da EPSJV da FIOCRUZ como possibilidade de integrar trabalho e educação na formação dos trabalhadores da saúde, na perspectiva da omnilateralidade apontada por Gramsci. Esta sessão pode ter sido prejudicada devido a outra atividade na mesma data e horário, ou uma reunião para discutir proposta de pesquisa do GT sobre Educação Profissional e Tecnológica, que havia sido colocada no Grupo de Discussão e que acabou por não se realizar, mas dispersou participantes do GT. Ela será comentada na avaliação.

5.2 – Políticas de Educação de Adultos em Portugal e no Brasil

18/10, das 20:30 h às 22:00 h – Salão Passa Quatro – Hotel Glória

Participantes:

Rui Canário (Univ. Lisboa – Portugal)

Sonia Rummert (UFF)

Coordenação: Célia Regina Vendramini (UFSC)

Nesta sessão de conversa, os pesquisadores trouxeram os contextos, em Portugal e no Brasil, que determinam as políticas educacionais para jovens e adultos nesses dois países, explicitando-as e apontando, principalmente, os limites para uma formação qualificada, tendo em vista a diminuição das perspectivas de trabalho assalariado e protegido por legislação

social. Deixaram em aberto, no entanto, as potencialidades que vêm sendo produzidas pelos movimentos sociais populares que se organizam em busca de trabalho.

6. Avaliação das atividades do GT 09 – Trabalho e Educação

A Avaliação realizou-se na Sala de Estar do Hotel Palace, das 10h30min às 13h. A Lista de Presença foi assinada por 27 pesquisadores, denotando o esvaziamento em função de que muitos já se deslocavam para encerramento das diárias / viagem de retorno, apesar de que vários que estiveram parcialmente na reunião não assinaram a Lista. A Coordenadora abriu a sessão de avaliação apresentando uma justificativa para a não realização de uma atividade prevista como Sessão Conversa que seria realizada na noite do dia 17/10, na sala 12, do Hotel Glória, sob a coordenação da Professora Acácia Kuenzer, com a finalidade de organizar uma pesquisa, em caráter nacional, de mapeamento das experiências de Educação Profissional e Tecnológica. Infelizmente só recebemos a confirmação de que a Professora Acácia não estaria presente, através de comunicação feita pela Professora Regina Michelloto (UFPR), depois que os participantes do GT se haviam dispersado, sendo impossível avisá-los do cancelamento da atividade. Alguns participantes do GT, inclusive, deslocaram-se para aquela sala. Esta Sessão conflitava, em data e horário, com a Sessão Conversa *Formação de trabalhadores em saúde na perspectiva da integralidade*, de modo que a dificuldade de comunicação acabou por prejudicar ambas as atividades, porque confundiu e deslocou os participantes para as duas atividades.

A partir daqui faremos o relato da avaliação pelos temas debatidos.

a) Avaliação dos pôsteres

O aumento da inscrição de pôsteres e a sua aprovação confirmaram a importância desta atividade para o GT. Os professores que visitaram a exposição dos pôsteres, feita nos corredores do Hotel Glória, destacaram a qualidade dos trabalhos. Apontaram como problema o local que dificultava a apreciação dos trabalhos e a conversa com os expositores. A sugestão dada é que, além de um lugar mais adequado – porque os pôsteres do GT 09 Trabalho e Educação ficaram expostos em reduzido espaço que dificultava inclusive a passagem – é que permaneçam em exposição por um tempo maior e disponham de infra-estrutura mais adequada.

b) Formato da ANPED

Neste item foram formuladas algumas questões para subsidiar o debate mais amplo dentro da ANPED.

Se a reunião anual é considerada internacional e as regionais passam a anuais haverá um maior interesse em apresentar trabalhos nas regionais. Nesse caso surgem interrogações:

- Ao mesmo tempo em que se ampliam os espaços e as oportunidades de participação, como será feito o controle da qualidade dos trabalhos que aumentarão sensivelmente em número e não está previsto um comitê científico regional para avaliação dos mesmos?

- Se a reunião anual, como nacional, perde o seu sentido, na perspectiva do contraditório, ao invés de ser um espaço de apresentação de trabalhos não poderia tornar-se um espaço de debates entre os pesquisadores?

O paradoxo que se coloca para o modelo atual de ANPED é: ser um grande evento, com importantes conferências, ou o debate entre sócios-membros de uma sociedade científica?

Um problema grave refere-se à organização do evento devido à questão financeira; há necessidade de se pensar em formas de financiar a ANPED porque os recursos que tradicionalmente a sustentam, advindos das agências de fomento, mantêm-se os mesmos ou até diminuem, enquanto as demandas aumentam. Uma proposta foi a de fazer dois tipos de reunião, sendo uma mais ampla e uma restrita à participação dos pesquisadores-sócios, organizados nos GTs, realizando-se em anos alternados. Esta proposta, no entanto, suscitou preocupações quando ao tempo e espaço para encontro e discussões; talvez o caminho seja garantir que se tenham menos atividades e mais oportunidades para discussões. Ao mesmo tempo, argumentou-se que a realização de uma reunião bi-anual não é garantia de aumento do financiamento.

Definir o formato da ANPED está relacionado à avaliação do que contribui para o aprofundamento teórico-metodológico da área. A organização tem atingido seus objetivos, mas também apresenta limites, o que nos mobiliza a pensar em alternativas. Nesse caso, poder-se-iam alternar as reuniões de caráter nacional, sendo uma com o objetivo de apresentar trabalhos e a outra destinada ao aprofundamento teórico de cada área. As regionais, nesse caso, poderiam ser bi-anuais, realizando-se no ano em que a anual não fosse destinada à apresentação de trabalhos.

Uma crítica foi feita ao critério de produtividade que vem se impondo aos pesquisadores os quais não dispõem mais de tempo para reunir e nem para amadurecer, em debate com seus pares, uma produção antes de levá-la à publicação. A nossa subordinação ao *Qualis*, só tem favorecido o mercado editorial e um grupo pequeno de pessoas que ganham com esta produção. Ao mesmo tempo, coloca-se o risco de uma reserva de mercado por parte de quem tem o controle dos eventos, dos periódicos e das editoras.

c) Organização dos GTs

A cada ano se organizam grupos de estudo que dão origem a novos GTs, o que parece ser uma conseqüência da fragmentação da produção do conhecimento. Trabalhamos pela articulação entre os saberes enquanto a organização parece caminhar em sentido inverso, dividindo-se. Ao mesmo tempo, a organização das reuniões regionais por temáticas pode aprofundar a dispersão, indicando os GTs como espaços de maior aglutinação.

A tendência foi apontar para a manutenção da organização por GTs nas reuniões nacionais e para as reuniões temáticas nas reuniões regionais.

d) Trabalho encomendado

Destacou-se a importância do trabalho encomendado como oportunidade de aprofundamento da discussão da área de conhecimento peculiar ao GT e como demanda dos associados. Há necessidade de cuidados ao indicar pessoas do GT ou de fora deste, como expositoras e/ou debatedoras, bem como deve ser solicitado o envio do texto com antecedência, uma vez que o trabalho encomendado está no cerne da existência do GT. Há quem pense não haver necessidade de passar pela avaliação do Comitê Científico porque o convite é feito a um(a) pesquisador(a) que vem investigando e publicando sobre o tema, que tem sua palavra autorizada pelo convite e que, portanto, deve ter a garantia de publicação de seu texto. Há, por outro lado, quem pense na necessidade, sim, de que o texto seja avaliado, enquanto não temos condições de aprofundamento do debate teórico-metodológico e os convites são feitos tanto a pessoas do próprio GT quanto de fora dele.

e) Comitê Científico e consultores *ad hoc*.

Foi noticiado no GT que, na reunião do Comitê Científico, houve a solicitação de um maior envolvimento dos consultores *ad hoc*, uma vez que apareceram muitos pareceres reduzidos ou telegráficos. Vários pesquisadores, no entanto, apontaram para o fato de o tempo ser muito restrito para a avaliação dos trabalhos, pois ao GT foi encaminhado um número expressivo de trabalhos. Por essa razão e também prevendo imprevistos que impeçam os consultores de participar do processo avaliativo é que foi indicado mais um nome, o da Professora Áurea de Carvalho Costa, da UNESP de Rio Claro/SP.

Outra discussão que a avaliação do Comitê apontou foi para um debate sobre a base teórico-metodológica dos trabalhos, pois esta não pode estar reduzida às técnicas e recursos utilizados no desenvolvimento da pesquisa que dá origem ao texto. A proposição é de que os avaliadores do Comitê Científico superem o papel de arbitragem e realizem discussões sobre tendências e questões novas de base teórico-metodológica que estão apontando os trabalhos.

f) Moções Aprovadas no GT e encaminhadas à Assembléia Geral da ANPEd

Nas sessões do GT-09 foram aprovadas duas Moções: uma de apoio à greve dos professores e funcionários das instituições federais de ensino superior (IFES) e outra relativa ao reconhecimento aos construtores da pós-graduação em educação no Brasil.

Quanto à Moção de Apoio à Greve das IFES tratou-se de reconhecer a justiça das reivindicações dos professores e funcionários e de denunciar o descaso que o governo federal vem dispensando à educação superior, como de resto às políticas sociais.

Por fim, sócios presentes na 28ª Reunião refletiram sobre a (in)coerência do tema central desta Reunião – *40 anos de pós-graduação em educação no Brasil* – e o pesquisador convidado para a conferência de abertura, Bernard Charlot, da Universidade de Paris VIII e Consultor da UNESCO. Com isso, as pessoas que se manifestaram, inclusive estudantes de pós-graduação, não estavam colocando em questão a forma democrática como foi indicado o nome do Professor Bernard Charlot, e, muito menos, a sua competência e enorme contribuição à reflexão sobre pesquisa educacional. O que os professores-pesquisadores do GT 09 – Trabalho e Educação quiseram evidenciar e registrar como memória foi o que consideraram apagamento da história do processo de construção da pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, ao deslocar alguns sujeitos que a protagonizaram para a conferência de encerramento, com, provavelmente 10% de frequência, substituindo-os por pesquisador estrangeiro na conferência de abertura, onde se concentra a maior parte da assistência à reunião. Pode o fato evidenciar, indiretamente, a dificuldade em valorizarmos a nossa própria produção e trajetória. Abaixo segue cópia da moção, que o GT faz questão seja amplamente divulgada.

Moção de Reconhecimento:

AOS CONSTRUTORES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

É de se registrar a importância de nossa entidade acadêmica fazer um balanço dos 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil. Em especial, pela imensa dificuldade de construção desse campo no país e pela relevância dos programas de pós-graduação brasileiros.

Certamente, a expectativa de todos os presentes era de uma homenagem àqueles que contribuíram de forma significativa para alcançarmos o reconhecimento que a pós-graduação em educação tem hoje. Esses personagens não estiveram presentes, nem sua memória, nem sua história. Nesse sentido, a escolha de um conferencista estrangeiro para proferir a conferência de abertura foi inadequada.

Cabe ressaltar que não se trata de uma crítica ao professor Dr. Bernard Charlot cuja produção e contribuição, inequivocamente, é relevante. Respeitamos também o processo

democrático de decisão e de acatamento pela Diretoria da ANPEd. Nossa crítica se refere ao apagamento da memória e da história dos **"40 anos da pós-graduação em educação no Brasil"**, da participação dos seus primeiros programas e pesquisadores que, reunidos na ANPEd, participaram das lutas pela redemocratização do país, da Constituinte de 1988 e do primeiro projeto de LDB defendido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Ainda que o argumento para a escolha de um professor não brasileiro possa ter sido 'o olhar de fora que melhor analisa', discordamos e entendemos como uma alternativa de subserviência intelectual ao pensamento estrangeiro e um imenso desrespeito aos/às inúmeros pesquisadores brasileiros da área que criaram a Pós-Graduação em Educação no país e/ou a têm por objeto de estudo.

g) Publicações

Durante a 28^a. RA foram lançadas diversas publicações (livros, revistas, cd-roms etc) de pesquisadores e/ou grupos de pesquisa ligados ao GT-09. A lista de lançamentos a seguir está incompleta, pois representa apenas as publicações que a Coordenação tomou conhecimento e/ou as que foram divulgadas nas sessões do GT, cabendo destacar a participação de outros pesquisadores do GT, aqui não nominados, com artigos e ensaios nestas e em outras publicações lançadas na 28^a. RA. Ressaltamos a importância destas contribuições para a produção da pesquisa em educação no país e para a reflexão do GT.

Livros:

ARANHA, Antônia Vitória S., CUNHA, Dayse Moreira, LAUDARES, João Bosco (orgs.). Diálogos sobre trabalho: perspectivas multidisciplinares. Campinas, Papirus, 2005.

COSTA, Áurea de Carvalho. Anônimas odisséias: a dupla destituição do direito à educação e ao trabalho na infância e na vida adulta. São Paulo, Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Ramón. Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir? São Paulo, Cortez, 2005.

QUARTIERO, Elisa Maria, BIANCHETTI, Lucídio (orgs.). Educação Corporativa - mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. São Paulo, Santa Cruz do Sul, 2005.

CIAVATTA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio, RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado. São Paulo, Cortez, 2005.

Revistas:

PERSPECTIVA - Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. SHIROMA, Eneida, EVANGELISTA, Olinda (orgs.). Florianópolis, NUP-CED/UFSC, v. 23, n. 2, 2005.

Cd-rom:

NEDDATE. Neddate 20 anos. Trabalho Necessário. UFF, Niterói, 2005.

V – Programação 2006

1. Nomes dos consultores *ad hoc* e Comitê Científico

Consultores *ad hoc*:

Fernando Fidalgo – UFMG

fernando@fae.ufmg.br – fones: (31) 3441.4188 – (31) 9195.2532

Lia Tiriba – UFF

tiriba@msm.com.br – fones: (21) 2242.0664 – (21) 2629.2678

Marise Ramos – UERJ e PSJV/FIOCRUZ

marise-ramos@uol.com.br – fones: (21) 2556.9564 – (21) 2587.7864

Mauro Augusto Burkert Del Pino – UFPel

delpino@ufpel.tche.br – fone (53) 3225.5358 – (53) 9981.9627

Neize Deluiz – UFRJ e UES

ndeluiz@uol.com.br – fones: (21) 2552.8926 – (21) 96356531

Paulo Sérgio Tumolo – UFSC

tumolo@ced.ufsc.br – fones: (48) 3237.4328 - (48) 8415.4128

Selma Baçal de Oliveira – UFAM

selmaua@uol.com.br – fones: (92) 631.5744 – (92) 9114.9733

Sonia Maria Rummert – UFF

rummert@uol.com.br – fones: (21) 2265.1173 – (21) 2629.2678

Foi incluído um nome:

Áurea de Carvalho Costa – UNESP/RC

aurearioclaro@vivax.com.br – fone: (19) 3523.4192

Comitê Científico – permanecem os mesmos nomes

Celso Ferretti – FCC e UNISO

cferretti@fcc.org.br – fone: (11) 4158.2929

José dos Santos Rodrigues – UFF

jrodrig@vm.uff.br – fone: (21) 2621.2249

Ronaldo Marcos de Lima Araújo – UFPa

rlima@ufpa.br – (91) 3183.1281

2. Sugestões para a Programação 2006

No decorrer das diversas sessões do GT a Coordenação distribuiu entre fichas os presentes, visando recolher contribuições / sugestões relativas a duas questões: 1. aperfeiçoar a organização do nosso GT, quanto às sessões de trabalho, a nossa produção e comunicação

através do Grupo de Discussão; 2. sugestões de temas importantes, nomes de pesquisadores e modalidades de trabalhos para a próxima reunião anual (trabalhos encomendados, sessões especiais, minicurso).

Foram devolvidas à Coordenação um total de 46 Fichas de sugestões. No momento as contribuições estão sendo sistematizadas e oportunamente apresentaremos os resultados através de nosso Grupo de Discussão.

3. Questões pendentes

Algumas questões ficaram pendentes de encaminhamento, seja por falta de tempo, ausência de aprofundamento e debate coletivo, condições materiais ou mesmo deficiência de nossa Coordenação. Dentre elas, por sua importância, destacamos pelo menos três, às quais pretendemos envidar esforços na continuidade de nossos trabalhos:

- o encaminhamento do Intercrítica (reunião anual com representantes dos núcleos e/ou grupos de estudos, pesquisas e experiências em trabalho e educação que participam do GT-09;
- a retomada da publicação Anuário do GT: Trabalho & Crítica;
- a pesquisa nacional sobre educação profissional e tecnológica.

Entendemos que, com este Relatório, apesar dos seus possíveis limites, estejamos registrando a memória da Reunião do GT Trabalho e Educação na 28ª Reunião da ANPED.

Marlene Ribeiro e Domingos Leite Lima Filho